

Controle social em segurança pública: uma análise no conselho comunitário de segurança do bairro de Santa Etelvina na cidade de Manaus

Autores	Filiação	Email
Marcílio Rodrigues de Oliveira	UFAM	marcilio.uea@hotmail.com
Francisco Xavier Jorge	UFAM	francisco.jorge@aleam.gov.br
Lígia da Silva Barros	UFAM	ligiasbarros@yahoo.com.br
Milanez Silva de Sousa	UFAM	somilanez@yahoo.com.br

Direitos de cópia - creative commons.

Recebido em: 31-05-14

Aprovado em: 17-09-15

Disponibilização no site

Páginas: 24-34

ID do artigo 1823

Editor Científico: Prof. Dr. Osni Hoss, Ph.D.

Resumo

O presente artigo aborda uma pesquisa realizada no Conselho Comunitário de Segurança Pública no bairro de Santa Etelvina na Zona Norte da cidade de Manaus. Com o objetivo de analisar o papel deste quanto a sua participação e eficiência no controle das atividades policiais desenvolvidas na comunidade, através do Programa de extensão da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), de integração de Polícia Comunitária, denominado "Ronda nos Bairros". Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com o uso da técnica de entrevista de Grupos focais. Quanto aos fins e aos meios a pesquisa caracteriza-se como explicativa e de campo. O resultado da análise da pesquisa aponta que o principal papel do Conselho de Segurança do bairro de Santa Etelvina é a busca pela participação direta das atividades de Segurança Pública no bairro, acreditando que ela seja capaz de construir uma sociedade mais justa, equitativa e controladora das coisas públicas.

Palavras-Chave: Controle Social. Polícia Comunitária. Conselho Comunitário de Segurança. Polícia Militar do Amazonas.

Abstract

This article discusses a survey conducted in the Community Council for Public Security in Santa Etelvina neighborhood on the North Side of the city of Manaus. In order to analyze the role of this as your participation and efficient control of police activities in the community, through the Extension Program of the National Secretariat of Public Security (SENASP), integration of Community Policing, called "Ronda in the Neighborhoods". This is a qualitative study, using the interview technique of focus groups. About the purposes and methods research is characterized as explanatory and field. The results of the analysis of the survey shows that the main role of the Security Council of the Santa Etelvina neighborhood is the search for the direct part of the Public Safety activities in the neighborhood, believing it to be able to build a more just, equitable and parent company of public affairs.

Keywords: Social Control. Community Policing. Community Security Council. Military Police of the Amazon.

1 Introdução

O Estado brasileiro nas últimas décadas passa por um processo de colapso no seu Sistema de Segurança Pública. O modelo tradicional de polícia, que é centralizado e afastado das comunidades, não permite formas alternativas de resolução de conflitos senão através do Estado.

A falta de uma política pública efetiva, sempre contribuiu para o aumento da criminalidade nas cidades brasileiras. As buscas a resoluções dos conflitos por parte do Estado sempre se deram de forma paliativas, imediatas e de forma agressiva, como os tipos de programas “tolerância zero”, a “prisão funciona” dentre outras formas de se combater a criminalidade. (CIMOLIN, 2009).

No Estado do Amazonas, não poderia ser diferente, tal problemática, assusta seus cidadãos, pelo aumento significativo da violência e da criminalidade, mormente nos bairros periféricos da cidade de Manaus, objeto de pesquisa deste trabalho. Manaus como a maioria das cidades brasileira, cresceu de forma desordena, e isso contribuiu para proliferação de áreas ocupadas de formas irregulares nas periferias de seu centro urbano, onde é visível à ausência do Estado.

Daí a importância dessa pesquisa para a sociedade, pois demonstrará que a participação social nas políticas públicas, tem sua importância para o processo de democratização e de construção de espaço de cidadania.

Tais problemáticas transformaram o espaço urbano, de convivência pacífica, num espaço de insegurança, de medo, de contrastes, de repressão de forma violenta através da força policial. Entretanto, o problema nunca teve solução, a cada dia só aumentam os números da violência, assim como, o número de encarcerados, causando prejuízos incalculáveis para o Estado.

Justifica-se que tanto no contexto nacional e regional, são poucos os estudos e pesquisas sobre o tema. Acreditamos que com essa iniciativa, estaremos não só contribuindo para o conhecimento acadêmico mais também estaremos contribuindo com conhecimento para o Estado, para nossas organizações de segurança, para futuros planejamentos de políticas públicas de combate a criminalidade na cidade de Manaus.

A pesquisa mostra a nova filosofia de polícia comunitária, mais humana e menos centralizada. Tendo o cidadão como seu principal parceiro, no combate a criminalidade e desvios de condutas de seus policiais, é uma forma de o cidadão exercer seu legítimo direito de controlar as ações de segurança dentro das comunidades, principalmente aquelas que se concentram nas periferias, onde a ausência do Estado é maior.

Cimolin (2009), destaca que no início do século XXI, no Brasil começam a surgir, estudos que apontam para um novo modo de combater a criminalidade. Uma filosofia e estratégia de Polícia Comunitária, desenvolvida originalmente nos Estados Unidos, Canadá e em outros países democráticos nas décadas de 70 e 80. Cita a autora, que a Polícia Comunitária não é uma nova instituição, mas sim uma nova maneira de se conceber a polícia, que deixa de ser uma força pública para rumar em direção a uma agência prestadora de serviços públicos.

No Estado do Amazonas, esse modelo de policiamento comunitário foi criado como forma de política pública pelo atual governador do Estado Omar Aziz, no ano de 2011, com seu lançamento em 16 de fevereiro de 2012. Atendendo a Política Nacional de Segurança Pública do Governo Federal.

Segundo o Secretario Executivo do Programa Ronda no Bairro Coronel PM

Amadeu Soares, o programa foi precedido de uma série de estudos e providências, com destaque para várias reuniões realizadas pelas autoridades da Segurança Pública com as comunidades de todas as seis zonas geográficas da cidade de Manaus. Líderes comunitários e religiosos, estudantes, comerciantes e empresários e moradores puderam sugerir, criticar, opinar, expor problemas, debater e ajudar a criar esse plano, concebido para ser realizado em estreita parceria do cidadão com o policial.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP AM), em cada Distrito Integrado de Segurança, foi criado um Conselho Comunitário de Segurança Pública do Cidadão para interagir diretamente com os comandantes e delegados. Com objetivo de contribuir com informações, que possam colaborar para a retirada de criminosos das ruas e na elucidação de crimes, aproximando a comunidade da polícia. Além de fiscalizar os próprios policiais em suas atividades de agentes de segurança pública, é o controle social sobre a ação do Estado na segurança pública.

Portanto, o principal objetivo deste artigo, por conseguinte, é analisar o papel do Conselho Comunitário de Segurança Pública do bairro de Santa Etelvina, quanto a sua forma de participação e eficiência no controle das atividades policiais, desenvolvidas junto a essa comunidade através do Programa de integração de Polícia Comunitária, denominado “Ronda nos Bairros”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O papel do controle social na administração pública brasileira

O processo de desenvolvimento do Brasil através dos séculos se deu de forma centralizada, patrimonialista e excludente, quase descompromissado com as demandas sociais. É o que comentam (GURGEL & JUSTEN, 2013). Vindo somente a se tornar um Estado interventor e provedor, a partir do ano de 1930, no governo de Getúlio Vargas, por meio de uma aliança conservadora, mas conforme os autores politizando as questões sociais e trabalhistas assume e promove o papel de desenvolvimento econômico e social.

Ainda citando Gurgel & Justen (2013), os autores comentam que a política social brasileira desenvolveu-se em contexto de “cidadania em recesso”, no qual não há a participação dos beneficiários, não há controle público e os programas são administrados de modo burocrático, no sentido de sem diálogo (ou audiência) com os interessados. Esse processo segue desde a década de 30 até aos anos 80, com a Promulgação da Constituição Federal de 1988.

Morengo & Diehl (2011), citam que após a promulgação da Constituição Federal de 1988, evoluíram os conceitos e as necessidades de melhor controle da sociedade na formulação das políticas e ações das coisas públicas. Cristo (2012), vê que nesse contexto, o controle social foi incorporado com maior ênfase, procurando estabelecer espaços à participação da população, além de ter se tornado o centro de discussões e práticas recentes de diversos seguimentos da sociedade, como sinônimo de participação social nas coisas públicas.

Segundo Cristo (2012), naquele momento a participação foi concebida na perspectiva de o controle social ser exercido por segmentos da sociedade civil sobre as ações do Estado, no sentido deste atender aos interesses da maioria da população. Bravo & Correia (2012), afirmam que no Brasil, a expressão controle social tem sido utilizada como sinônimo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, especificamente no campo das políticas sociais, desde o período da redemocratização dos anos de 1980.

Já Cristo (2012), ressalta que o controle social entendido como participação da sociedade, ainda não fazia parte no âmbito das políticas públicas na década de 80, naquela época mencionavam-se apenas “participação da comunidade”, que segundo a autora fazia parte de um ideário de participação limitada, e tinha como objetivo mera prestação de serviços à comunidade, considerando a autora uma forma de organização isolada. Cristo (2012), comenta que a utilização da expressão com este sentido foi propiciada pela conjuntura de lutas políticas pela democratização do país frente ao Estado autoritário, implantado a partir da ditadura militar. O uso do termo “controle social” apareceu somente em 1992, na 9ª Conferência Nacional de Saúde, em que a participação social passou a ser definida como “o controle social” sobre políticas e atividades desenvolvidas com a Seguridade Social no Brasil.

Gurgel & Justen (2013), citam que a promulgação da Constituição Federal de 1988, inaugurou um novo momento no Brasil. A “Constituição Cidadã”, como ficou conhecida, abriu espaço para novas formas de participação social e de controle. Apontam os autores que já tínhamos tido alguma experiência na década de 1960, com a criação dos conselhos comunitários e o conselho dos notáveis, atuando nas instâncias governamentais.

Nos anos de 1980, surgem os conselhos populares, inaugurando uma nova forma de movimentos sociais. O Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG), por exemplo, emerge durante o processo de redemocratização no Brasil, com marco formal na Constituição de 1988, na luta por um Estado de direito. Como proposta inovadora de segurança pública, o CONSEG representou a construção do espaço público nas relações entre polícia e comunidade para identificar e intervir na prevenção e problemas de segurança local.

Gurgel & Justen (2013), citam que é recente em nosso país, a criação dos Conselhos, a Constituição Federal de 1988, é referenciada como o marco impulsionador da criação dos mesmos, em sua maioria instituído legalmente, isto é, por Leis específicas como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, atendendo as reivindicações dos movimentos sociais e a Lei nº 8.142, de 1990, que institui a Conferência e o Conselho Nacional de Saúde; a Lei nº 8.742, de 1993, que cria o Conselho Nacional de Assistência Social; e a Lei nº 9.131, de 1995, que institui o Conselho Nacional de Educação.

Casagrande & Scardueli (2013), expõem que os Conselhos Comunitários de Segurança, doravante CONSEG's, são instituições que buscam soluções específicas para os problemas de segurança pública. Nos municípios, os conselhos funcionam como órgãos de cooperação, planejamento, troca de ideias e de recursos, com os quais se vislumbra atingir os objetivos e metas estabelecidas pelos membros que atuam dentro dos conselhos, com base em prioridades elencadas e definidas pelo grupo.

2.2 O modelo de Polícia Comunitária

No Brasil o modelo de Polícia Comunitária, surge no ano de 2007, como um Plano Nacional de Segurança Pública, tratava-se de uma estratégia do governo que visava direcionar o trabalho da polícia para a comunidade, tendo em vista a insuficiência do modelo penal repressivo. (SENASP, 2013).

A filosofia de “Polícia Comunitária” tem, nos últimos anos, se mostrada eficaz no trato com os problemas relacionados à Segurança Pública, seja de cunho social, político, econômico, etc., ou buscando alternativas junto com a comunidade a fim de garantir a segurança pública em cada região. O maior exemplo que podemos citar no

contexto Brasileiro, são as Unidades de Polícias Pacificadoras, (UPP's), no Estado do Rio de Janeiro. Mas esse modelo atualmente é desenvolvido em todos os Estados membros da Federação com nomes distintos atendendo a Política Nacional de Segurança Pública tendo como gestora a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Analisando as literaturas, há um entendimento pacífico de que a Polícia Comunitária, expressa a maior reforma de Segurança Pública ocorrida nos últimos anos. A integração da polícia e a comunidade, só reforçou o papel do cidadão, exaltando a premissa constitucional de que a Segurança é um Direito Fundamental de todos.

Casagrande & Scardueli (2013), citam que A Polícia Comunitária é ao mesmo tempo uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

3 Metodologia

Com o objetivo de analisar o papel do Conselho Comunitário de Segurança no bairro de Santa Etelvina na cidade de Manaus, quanto a sua participação e eficiência no controle das atividades policiais desenvolvidas nas comunidades, através do Programa de extensão do SENASP, de integração de Polícia Comunitária, utilizou-se a seguinte metodologia de pesquisa. Quanto a sua natureza ela é uma pesquisa qualitativa. Para Creswell (2010, p. 26) e Hair, Jr. et al. (2010, p.107). A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados.

Quanto aos fins e aos meios a pesquisa caracteriza-se como **explicativa** e **de campo**. Para Vergara (2005) e Severino (2007), a pesquisa **explicativa** é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos. Já a pesquisa de **campo** é a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo.

3.1 O Conselho Comunitário de Segurança do bairro de Santa Etelvina

O bairro de Santa Etelvina está localizado na Zona Norte da cidade de Manaus. Manaus conforme dados do IBGE no ano de 2010, tinha uma população de 1.802.525 habitantes. Sendo que a Zona Norte é a maior zona administrativa da cidade com os bairros de Cidade Nova, Colonia Terra Nova, Monte das Oliveiras, Santa Etelvina, Colônia Santo Antônio e Novo Israel. Outros quatro novos bairros foram criados e incorporados a esta zona (Novo Aleixo, Cidade de Deus, Nova Cidade e Lago Azul), de um total de 63 bairros na cidade e com uma população de 521 mil habitantes, tornando-se a maior zona populacional de Manaus com mais de meio milhão de habitantes.

O bairro da Cidade Nova é o bairro mais populoso com 125.985 habitantes, com

24,2%, da população total da Zona Norte de Manaus. Seguido pelo bairro de Novo Aleixo com 100.479 habitantes, com 19,3% da população total residente nessa zona. O bairro Cidade de Deus, contempla 14,0% da população, o bairro de Nova Cidade apresenta na pesquisa 11,9% da população, o bairro da Colônia Terra Nova, apresenta 9,0% da população, o bairro do Monte das Oliveiras aparece com 8,0% da população residente na Zona Norte.

Já o bairro de Santa Etelvina, ocupa a 7ª posição com 5,2% da população, seguido por Colônia Santo Antônio, com 3,5%, Novo Israel com 3,4% e Lago Azul com 1,5% conforme distribuição proporcional, da população por bairro da Zona Norte da Cidade de Manaus.

Distribuição proporcional da população, por bairro, Zona Norte, 2012.



Fonte dos dados básicos: IBGE – Estimativas Populacionais, 2012.

A escolha pelo Conselho Comunitário de Segurança Pública do Bairro de Santa Etelvina como objeto de pesquisa, está fundamentado em dois motivos. O primeiro por este ser o pioneiro entre os Conselhos de Segurança implantados nos bairros da cidade de Manaus. Já o segundo, foi pelo bairro apresentar o maior índice de criminalidade no último anuário estatístico de 2012, da Secretaria de Segurança Pública, compreendendo os anos de 2011/2012. Sendo que a Zona Norte aparece como a zona mais violenta da cidade de Manaus. Entretanto, após a implantação dos Conselhos e dos Programas do Ronda nos Bairros na cidade de Manaus, nota-se uma queda significativa nos números da criminalidade em todos os bairros, e principalmente no bairro de Santa Etelvina, resultado conforme a pesquisa, da integração da polícia com a comunidade, tendo o Conselho Comunitário, como um elo importante nesse processo.

No bairro de Santa Etelvina está localizado o 26º Distrito Integrado de Polícia (DIP), onde funcionam a 26ª Companhia Interativa Comunitária (26ª CICOM) da Polícia Militar e a 26ª Delegacia de Polícia Civil (DP). Criadas com objetivo de aproximar a polícia da comunidade no ano de 2007, com o projeto piloto de iniciação de polícia comunitária. O número de policiais militares na época da pesquisa (outubro de 2013), na 26ª CICOM era de um total de 187 e de policias civis de 18 policiais.

O Conselho de Segurança Pública Comunitário de Santa Etelvina foi criado em 16 de agosto de 2010. A ideia de criação partiu dos comunitários que procuraram o comandante da 26ª CICOM, e demonstraram a necessidade de interagir com a polícia. A solicitação foi levada ao Comandante Geral de Polícia da época que logo atendeu ao pedido e criou o 1º Conselho Comunitário de Segurança na Cidade de Manaus.

Com a implantação do Programa Ronda no Bairro no ano de 2012, esse Conselho de Segurança serviu de projeto piloto, por ter sido o pioneiro na cidade de Manaus, tornando-se

assim, a primeira base de policiamento integrado. Dando início por parte da Secretaria de Segurança Pública na elaboração de uma proposta de regulamentação para a criação de 30 Conselhos Interativos Comunitários que atuam atualmente junto aos órgãos do Sistema de Segurança Pública, no programa Ronda no Bairro, destarte existirem 30 CICONs na cidade de Manaus.

Conforme normas prescritas no Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança, O Conselho do bairro de Santa Etelvina, está regulamentado por um Estatuto e uma Portaria do Governo do Estado, com uma estrutura administrativa de 20 membros, sendo eles Natos e da Diretoria.

A proposta da SSP-AM, é que todos os Conselhos de Segurança tenham em sua estrutura os membros natos e da diretoria, sendo os primeiros os agentes de segurança do Estado, tais como Delegados e Comandantes de CICONs.

Observou-se que a estrutura administrativa desse conselho está assim estruturada:

Os Membros Natos: São delegados titulares dos Distritos Integrados de Polícia (DIP) e o Comandante da Companhia do setor podendo, em sua ausência justificada, ser representado pelo delegado adjunto ou sub-comandante. Eles representam os órgãos do Sistema de Segurança no Conselho Interativo Comunitário de Segurança (Conseg).

* Presidente: Tem como competência fixar e divulgar o calendário anual das reuniões ordinárias, estipulando data, horário e local, no início de cada exercício. Representa o Conseg judicial e extrajudicialmente. Divulga publicações recebidas da Secretaria de Segurança Pública e outros interesses do conselho.

* Vice-Presidente: Assessoria o presidente, auxiliando na execução dos trabalhos e substituindo-o em suas faltas e impedimentos.

* 1º Secretário: Secretariar as reuniões do Conseg, lavrando atas e encaminhando cópias protocoladas à Secretaria de Segurança Pública e aos membros natos. Manter os documentos sob sua guarda e organização, e sempre que necessário, transferindo ao seu sucessor. Delegar ao 2º Secretário as atribuições que não sejam de sua exclusiva competência.

* 2º Secretário: Tem como função substituir, quando necessário, o 1º Secretário. Registrar a presença dos participantes em reunião. Redigir a correspondência, encaminhando-a, para conferência, assinatura e expedição ao 1º Secretário. Os demais componentes do Conselho são representantes da própria comunidade, organizados e escolhidos através de eleição no bairro, para representarem a comunidade no conselho.

O Conselho de Segurança de Santa Etelvina realiza suas reuniões em uma sala reservada ao Conselho dentro da estrutura do 26º DIP, e acontecem semanalmente, precisamente às quartas-feiras, a partir das 19 horas. É aberta a toda comunidade que queira participar, assim como, qualquer cidadão interessado em conhecer e participar da reunião do Conselho.

3.2 Análise e Discussão dos Dados

A seguir detalhes dos métodos de coleta de dados da pesquisa qualitativa que foram realizadas no presente estudo.

Após a coleta de dados foram realizados estudos qualitativos com base na técnica de entrevista de Grupos focais, que segundo Hair, Jr. et al. (2010, p.111-124) um grupo focal é um pequeno grupo de pessoas (8 a 12) reunidas para uma conversa interativa e espontânea. Os grupos focais envolvem a reunião de pequenos grupos de pessoas para conversas interativas e espontâneas sobre um determinado tema ou

conceito. As três fases do estudo de grupo focal são o planejamento do estudo, a condução das conversas do grupo focal em si e a análise e apresentação dos resultados.

No planejamento de um grupo focal, é preciso tomar decisões críticas quanto a quem deve participar, como selecionar e recrutar os participantes apropriados, qual tamanho deve ter o grupo, que incentivos oferecer para encorajar e reforçar a disposição e o compromisso do indivíduo em participar e onde realizar as sessões. Daí utilizou-se este método para aprofundar os resultados do levantamento de pesquisa. Neste caso, o grupo focal foi o Conselho de Segurança do bairro de Santa Etelvina com o número de 20 componentes, de onde foram selecionados um número de dez pessoas para as entrevistas.

A coleta dos dados desta pesquisa permitiu-nos analisar o papel do Conselho de Segurança Pública e do Cidadão do bairro de Santa Etelvina, quanto a sua participação e eficiência no controle das atividades policiais militares e civis desenvolvidas no bairro, através do Programa Ronda nos Bairros. Outra análise da pesquisa mostram os dados resultantes dessa parceria entre polícia e comunidade, após a implantação pelo governo do estado do programa Ronda no Bairro.

A primeira análise faz referência à criação e implantação do Conselho Comunitário. Segundo as investigações feitas sobre o Conselho, este é pioneiro na matéria de participação e controle social na cidade de Manaus, onde a comunidade participa dentro do próprio órgão do governo das atividades policiais.

Visitamos “in loco”, o funcionamento desse Conselho, para verificar o papel do mesmo nesse novo modelo de policiamento, onde a polícia procura fazer parte da comunidade, sendo essa a nova filosofia implantada pelo novo projeto de policiamento comunitário na cidade de Manaus.

No entanto, esse é um dos papéis fundamentais do Conselho de Segurança de Santa Etelvina, aproximar a comunidade da Polícia e vice-versa. E também representá-la quando se trata das denúncias em relação aos conflitos existentes na comunidade e também denunciar a má conduta dos policiais, funcionando como um conselho controlador tanto das ações dos cidadãos que cometem crimes, quanto dos policiais militares que praticam atos de violência ou de má conduta profissional, passando as informações diretamente aos comandantes e ao Secretário de Segurança Pública do Estado, para devidas providências.

Pôde-se observar que essa parceria entre polícia e comunidade no bairro de Santa Etelvina, reflete o que a política de segurança na Região Metropolitana da cidade de Manaus deseja, com forte valorização da prevenção da criminalidade, com a participação da sociedade civil buscando efetivamente a diminuição da criminalidade.

E isso se dá com a participação do cidadão, diretamente ou através da representatividade dos conselhos, que é um elo entre a comunidade e a polícia e através de denúncias aos órgãos competentes do Sistema de Segurança Pública. Para interagir diretamente com os comandantes e delegados. E pelo telefone do Disque-Denúncia 181 que deve ser acionado a qualquer instante para que o sistema possa dar resposta rápida e eficaz. Todas as colaborações são acolhidas pela SSP-AM, que segundo seu Secretário “têm colaborado bastante para a retirada de criminosos das ruas e na elucidação de crimes”, além de manter em sigilo a identidade do denunciante.

Outra característica da participação social no controle da segurança pública e da criminalidade na cidade de Manaus, é que todas as viaturas que fazem parte do

programa Ronda nos Bairros, possuem um número de telefone para contato direto com a mesma, tornando o atendimento de ocorrências mais eficazes. Além de os comunitários terem uma linha direta com o comandante da CICOM, para falar sobre os problemas da comunidade e da má conduta de policiais. Tudo isso facilita o combate à criminalidade na comunidade. É um ótimo exemplo de exercício de cidadania.

No período de um ano após a implantação do programa Ronda no Bairro em Santa Etelvina, já é possível mensurar o resultado positivo dessa participação da comunidade como forma de controle social na segurança pública. Os índices de ocorrências no bairro caíram significativamente, e o Conselho Comunitário é um dos principais responsáveis por essa conquista.

Através de seus representantes atendendo aos pedidos dos comunitários, conseguiram implantar projetos sociais importantíssimos no bairro. Tal como, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), dentro das escolas. O Programa Formando Cidadãos, o Projeto Bom de Bola, todas essas atividades são realizadas em parcerias com a Polícia Militar. Ainda existe uma rádio comunitária que faz a divulgação de todos os eventos do bairro e está à disposição da polícia para anúncios referentes à segurança no bairro, observa-se realmente uma integração entre a polícia e a comunidade.

Segundo o Anuário Estatístico da Segurança Pública do Estado do Amazonas de 2012. Os resultados de análises descritivas dos dados criminais na cidade de Manaus, dos últimos 2 anos (2011/2012), apontam para uma significativa queda no número de ocorrências tais como: Homicídio Doloso (tentado e consumado), Roubo Seguido de Morte (latrocínio), Lesão Corporal Dolosa, Violência Doméstica, Estupro, Roubo e Furto, Tráfico de Entorpecentes, Porte/Posse/Usos de Entorpecentes, Armas de Fogo Apreendidas e Localização de Veículos. Principalmente no ano de 2012, comparando com o ano anterior, pelo total de números de ocorrências. Temos como exemplos no ano de 2011, onde foram registradas 92.112 ocorrências contra 87.469 registros em 2012, na cidade de Manaus.

Observa-se que esse período de comparação do número de ocorrências é o período que foi implantado o novo programa de policiamento comunitário com a participação da sociedade, o Ronda no Bairro, já comentado anteriormente nessa pesquisa, tendo os Conselhos de Segurança Pública e do Cidadão como parceiro.

Pode-se observar que em locais onde possa haver uma ampla participação da comunidade e a polícia trabalhando conjuntamente o alcance de resultados podem ser positivos tanto para o Estado como para a comunidade. Além de se buscar construir um espaço cada vez mais democrático buscando a integração das responsabilidades entre polícia e o cidadão, construindo assim um espaço de cidadania.

A presente pesquisa no Conselho Comunitário de Santa Etelvina na cidade de Manaus permitiu-nos constatar que quando a sociedade participa diretamente das atividades do Poder Público, ela é capaz de construir uma sociedade mais justa, equitativa, e controladora das coisas públicas. Afinal todos são responsáveis na construção dessa sociedade, através de políticas públicas efetivas e eficientes visando o bem comum.

Quanto ao modelo de policiamento comunitário desenvolvido pelo governo do estado do Amazonas, e a iniciativa de se implantar conselhos comunitários em cada Distrito Integrado de Polícia, pode ser um caminho para o combate a criminalidade, mas para termos uma visão mais abrangente sobre o assunto, fica a dica para futuras

pesquisas sobre o assunto, analisando os 30 conselhos comunitários existentes na cidade de Manaus. Isso poderá contribuir com mais informações sobre como funciona o controle social na segurança pública da cidade de Manaus, e principalmente, entender o papel dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública nos bairros de Manaus.

4 Considerações Finais

Casagrande & Scardueli (2013), expõem que os Conselhos Comunitários de Segurança, doravante CONSEG's, são instituições que buscam soluções específicas para os problemas de segurança pública. Nada mais específico em poder trabalhar em parceria com aqueles que realmente vivem e conhecem o dia a dia de sua comunidade.

O objetivo deste trabalho foi de analisar o papel do Conselho Comunitário de Segurança Pública, referente ao controle social exercido junto aos Órgãos de Segurança Pública, instalado no bairro de Santa Etelvina. Verificando se sua participação é eficiente como representação daquela comunidade, ajudando os órgãos de segurança pública no combate a criminalidade.

Nesse contexto, este trabalho procurou analisar a estrutura do Conselho de Segurança suas dificuldades e limitações em busca de uma convivência pacífica para o bairro. Outrossim, conhecer melhor essa nova parceria entre polícia e comunidade através de uma política pública de segurança, que é algo novo para todos, tanto para a polícia como para os comunitários, que estavam acostumados somente ver a polícia como uma força de segurança e que na maioria das vezes só atuavam na comunidade através da força e da violência, por falta de um controle de suas ações.

Essa parceria ainda é nova para muitos moradores, observou-se que ainda é causa de desconfiança, tanto pelos policiais quanto pelos cidadãos da comunidade, mas aos poucos verificamos que será possível no decorrer do tempo, que essa desconfiança se transforme em união de forças para se combater a criminalidade no bairro. Essa participação da comunidade na Segurança Pública apresenta-se como fator determinante, para as conquistas sociais, pois a segurança além de ser um direito constitucional, é também responsabilidade de todos, pois segundo os entrevistados, para o que era antes, e como está hoje, houve uma mudança significativa e positiva no bairro.

Portanto, essa parceria entre polícia e comunidade mostra a nova filosofia de policiamento na cidade de Manaus. Desponta como uma estratégia de participação cidadã que além de buscar de forma eficiente combater a criminalidade a partir de dentro da comunidade, onde os problemas acontecem, abre oportunidade para as pessoas exercerem sua cidadania, participando diretamente no combate a um mal que destrói nossas sociedades, a criminalidade.

Não obstante, sabemos que estamos de frente com um saber inacabado. Pois, esta pesquisa contém limitações por se tratar de um único Conselho de Segurança, que se necessitará de maior aprofundamento com futuras pesquisas. Entretanto, acreditamos ter atendido nossas expectativas iniciais de pesquisadores, quanto à necessidade de se conhecer o papel dos Conselhos Comunitários de Segurança na cidade de Manaus e o exercício de cidadania por parte dos moradores do Bairro de Santa Etelvina.

5 Referências

Controle social em segurança pública: uma análise no conselho comunitário de segurança do bairro de Santa Etelvina na cidade de Manaus

BRAVO, Maria Inês Souza e CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios do controle social na atualidade**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 126-150, jan./mar. 2012.

CASAGRANDE, Maria Aparecida e SCARDUELI Márcia Cristiane Nunes. **Conselho Comunitário de Segurança do Município de Jacinto Machado/SC: Espaço alternativo de educação para a cidadania**. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, 9, Enero, 2013, 159-173.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CRISTO, Solange Conceição Albuquerque de. **Controle social em saúde: o caso do Pará**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 93-111, jan./mar. 2012.

CIMOLIN, Valter. **Polícia Comunitária: limites e perspectivas na crise de legitimidade do sistema penal – um estudo na região de Criciúma-SC**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis 2009.

GURGEL, Claudio e JUSTEN Agatha. **Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores**. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 47(2): 357-378, mar./abr. 2013.

HAIR, JR. Joseph F., WOLFINBARGER, Mary, ORTINAU, David J. e BUSH, Robert

P. **Fundamentos da Pesquisa de Marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2013.

MORENGO, Sabrina Trejes, DIEHL Carlos Alberto. **A Possibilidade do Controle Social Mediante o Acesso a Informações em Sites dos Municípios Gaúchos**. Contabilidade, Gestão e Governança - Brasília · v. 14 · n. 3 · p. 120 - 133 · set/dez 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 6ª

ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. 23 ed. ver e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas, (SSP-AM). Anuário Estatístico da Segurança Pública. 2012.

Secretaria Nacional de Segurança Pública, (SENASP, 2013).